



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Edital nº 2/2019

### PROGRAMA DE PROVA

#### LÍNGUA PORTUGUESA

##### 1. Compreensão e Interpretação de Texto

As questões de compreensão e interpretação visam a averiguar a capacidade do candidato, quanto à (ao):

- 1.1 Apreensão do significado global dos textos.
- 1.1 Estabelecimento de relações intratextuais e intertextuais.
- 1.2 Reconhecimento das ideias principais e secundárias.
- 1.3 Dedução de ideias e pontos de vista implícitos nos textos.
- 1.4 Captação da linha argumentativa do autor.
- 1.5 Diferenciação entre fatos e opiniões.
- 1.6 Reconhecimento das diferentes “vozes” dentro de um texto.
- 1.7 Identificação do significado de palavras, expressões ou estruturas frasais em determinados contextos.
- 1.8 Análise dos textos do ponto de vista da unidade temática e estrutural.
- 1.9 Reconhecimento da natureza dominante de um texto quanto ao gênero (conto, artigo, carta etc.), ao tipo (dissertativo, descritivo, narrativo etc.), ao registro (formal, informal), à variedade (padrão, não-padrão) e à modalidade (oral, escrita).

##### 2. Aspectos Gramaticais e Ortográficos

As questões sobre fatos da língua visam a aferir a capacidade do candidato de:

- 2.1. Reflexão e análise sobre o funcionamento linguístico.
- 2.2. Estabelecer relações entre os fenômenos gramaticais de diferentes tipos.
- 2.3. Reconhecimento da função desempenhada por diferentes recursos gramaticais no texto, nos níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e textual/discursivo.
- 2.4. Adequação de usos linguísticos ao contexto.
- 2.5. Domínio da variedade padrão escrita.

##### 3. Raciocínio Lógico Verbal

Com base em leitura de textos de português, as questões de raciocínio lógico verbais avaliarão:

- 3.1 Apreensão de ambiguidades provocadas por fenômenos lexicais/vocabulares ou sintáticos de frases.
- 3.2 Reconhecimento de relações inferenciais de significado entre sentenças (acarretamento, pressuposição implicatura).
- 3.3 Reconhecimento de significados implícitos motivados por expressões de quantidade.
- 3.4 Identificação de relações semânticas entre sentenças provocadas por conjunções/conectores frasais.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

1. Estatística.
  - a. Descrição Visual dos Dados.
  - b. Medidas de Tendência Central.
  - c. Medidas de Dispersão.
  - d. Distribuição de Frequência.
  - e. Correlação Linear.

2. Técnicas de Pesquisa.
  - 2.1 Pesquisa Experimental.
  - 2.2 Pesquisa Descritiva.
  - 2.3 Pesquisa Exploratória.
  - 2.4 Estrutura de Pesquisa.
  - 2.5 Relatórios de Pesquisa.
3. Processos Administrativos e Organizacionais.
  - 3.1 Indicadores de Desempenho dos Processos.
  - 3.2 Integração de Processos na Administração Pública.
  - 3.3 Técnicas de Mapeamento de Processos.
  - 3.4 Procedimentos e Normas Administrativas.
  - 3.5 Implementação dos Processos.
4. Projetos Administrativos.
  - 4.1 Definição do Escopo.
  - 4.2 Definição de Cronograma de atividades.
  - 4.3 Gerenciamento de Custos do Projeto.
  - 4.4 Gerenciamento de Recursos Humanos do Projeto.
  - 4.5 Riscos do Projeto.
  - 4.6 Comunicação no Projeto.
  - 4.7 Gerenciamento das Aquisições no Projeto.
  - 4.7 Projetos de Políticas Públicas.
5. Capacitação de Pessoal.
  - 5.1 Planejamento e Execução dos Programas de Formação.
  - 5.2 Planejamento e Execução dos Programas de Aperfeiçoamento.
  - 5.3 Avaliação dos Programas de Formação e Aperfeiçoamento.
  - ~~5.4 Programa de Integração do Novo Servidor Público. (Suprimido pela Retificação nº 1/2019, publicada em 18/02/2019)~~
6. Planejamento Estratégico.
  - 6.1 Análise do Ambiente Interno e Externo. (Alterado pela Retificação nº 1/2019, publicada em 18/02/2019)
  - 6.2 Matriz SWOT.
  - 6.3 Definição de Metas e Projetos Estratégicos, Táticos e Operacionais.
  - 6.4 Elaboração de Planos de Ação.
  - 6.5 Monitoramento das Ações e Resultados do Planejamento Estratégico aplicados a Gestão Pública.
7. Estrutura Organizacional.
  - 7.1 Departamentalização.
  - 7.2 Organização Informal.
  - 7.3 Direção e Tomada de Decisão.
  - 7.4 Centralização, Descentralização e Delegação.
  - 7.5 Sistemas de Controle e Processamento de Dados e Informações.
  - 7.5 Autonomia para aprovação de documentos.
8. Cargos e Salários.
  - 8.1 Descrição de Cargos.
  - 8.2 Avaliação de Cargos.
  - 8.3 Estrutura Salarial.
  - ~~8.4 Legislação aplicada a Remuneração no Setor Público. (Suprimido pela Retificação nº 1/2019, publicada em 18/02/2019)~~
9. Cargos e Carreira.
  - 9.1 Admissão de Pessoal.
  - 9.2 Concursos.

- 9.3 Movimentação de Pessoal. Evolução na Carreira.
- 10. Avaliação de Desempenho.
  - 10.1 Desenvolvimento de Métodos de Avaliação de Desempenho.
  - 10.2 Tabulação de Dados de Desempenho.
  - 10.3 Promoção Funcional.
  - 10.4 Oportunidades de Crescimento Profissional na Carreira.
- 11. Compras e Aquisições de Bens e Serviços.
  - 11.1 Análise Comercial e Econômico dos Processos de Compras.
  - 11.2 Avaliação de Propostas de Fornecimento técnica e preços.
  - 11.3 Avaliação da Qualidade dos Produtos e Serviços, Prazo de Entrega e Custos.
  - 11.4 Licitações e as Exigências de natureza legal.
- 12. Gestão de Pessoas.
  - 12.1 Reabilitação de Ocupacional de Servidores.
  - 12.2 Projetos e Programas de Saúde Ocupacional.
  - 12.3 Riscos Ambientais.
  - 12.4 Análise Profissiográfica dos Cargos.
- 13. Gestão da Qualidade.
  - 13.1 Sistemas Administrativos.
  - 13.2 Métodos e Rotinas de Trabalhos.
  - 13.3 Método de Análise de Solução de Problemas.
  - 13.4 Ferramentas da Qualidade.
  - 13.5 Modelos de Gestão Pública.
- 14. Agentes públicos (espécies e classificação, cargo, emprego e função públicos).
- 15. Licitação pública.
- 16. Gestão de Compras e de Contratos Administrativos (conceito e características).
- 17. **Lei 1656 /1958.** Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.
- 18. **Lei 6761/1985.** Estatuto do Magistério Público Municipal.
- 19. Lei Orgânica do Município.

## ENGENHEIRO AGRÔNOMO

- 1. **Fisiologia vegetal**
  - 1.1. Fotossíntese e fotoperíodo das plantas (ornamentais).
  - 1.2. Mecanismo de absorção de nutrientes pelas plantas.
  - 1.3. Métodos de propagação vegetal.
  - 1.4. Poda de árvores e arbustos.
- 2. **Fertilidade do solo**
  - 2.1. Capacidade de campo e ponto de murcha permanente.
  - 2.2. Interpretação de análise química do solo.
  - 2.3. Física do solo.
  - 2.4. Química do solo
  - 2.5. Substratos para produção de mudas e germinação de sementes.
  - 2.6. Conservação dos solos.
  - 2.7. Microbiologia do solo.
  - 2.8. Nutrição mineral e orgânica das plantas.
  - 2.9. Compostagem.
  - 2.10. Cultivo em ambientes protegidos e manejo de plantas em estufas e viveiros.
  - 2.11. Identificação e controle e pragas e doenças de plantas.
  - 2.12. Controle de plantas daninhas.
  - 2.13. Climatologia agrícola.

- 2.14. Irrigação e drenagem.
- 2.15. Conhecimentos em botânica.
- 2.16. Silvicultura.
- 2.17. Olericultura.
- 2.18. Plantas ornamentais e paisagismo.
- 2.19. Sementes.
- 2.20. Noções de ecologia agrícola.
3. **Estatuto da Cidade.** Lei Federal nº10.257/01.
4. **Plano Diretor.** Lei nº 14771/15.

## ENGENHEIRO AMBIENTAL

1. **Princípios de Engenharia Ambiental:** Definição de Engenharia Ambiental. Fundamentos e projeto de Engenharia Ambiental. Identificação e solução de problemas ambientais. Estudo de impacto ambiental e licenças ambientais. Dinâmica das populações, interações ecológicas, comunidades e ecossistemas. Dimensões e unidades da engenharia. Separações e Balanço de Materiais. Reações e reatores. Poluição ambiental. Qualidade, fornecimento e tratamento da água. Tratamento de águas residuais. Meio aquático. Processos biológicos. Ciclos biogeoquímicos. Meio terrestre e planejamento urbano. Resíduos sólidos e perigosos. Meio atmosférico, qualidade do ar e controle da qualidade do ar. Poluição sonora. Desenvolvimento sustentável. Meio ambiente, saúde e riscos ambientais. Química ambiental. Termodinâmica. Mensuração e sensores para monitoramento de variáveis ambientais.
2. **Cálculos de Engenharia:** Função real de uma variável real. Função composta. Função inversa. Limite e continuidade. Derivadas. Regras básicas de derivação. Derivada da função inversa. Derivação implícita. Regra da cadeia. Regra de l'Hôpital. Concavidade. Inflexão. Máximos e mínimos. Curvatura. Integrais. Integração por substituição. Integração por partes. Integração por frações parciais. Integração de funções trigonométricas. Aplicações da integral. Introdução às equações diferenciais. Funções vetoriais de uma variável real. Cálculo diferencial de funções de mais de uma variável. Probabilidade e estatística. Probabilidade como frequência relativa. Probabilidade condicional. Eventos independentes e dependentes. Eventos mutuamente exclusivos. Distribuição de probabilidade discreta. Distribuição gaussiana. Média. Mediana. Moda. Desvio padrão. Coeficiente de Variação. Coeficiente de assimetria. Distribuição acumulada de probabilidades. Análise de dados e informações.
3. **Estatuto da Cidade.** Lei Federal nº10.257/01.
4. **Plano Diretor.** Lei nº 14771/15.

## ENGENHEIRO DE SEGURANÇA NO TRABALHO

1. Ética profissional.
2. Higiene do trabalho. Riscos ambientais. Avaliação e controle de agentes ambientais. Insalubridade. Periculosidade. Ventilação industrial. Riscos químicos. Gases. Vapores orgânicos e inorgânicos. Aerodispersóides. Poeiras. Fumos metálicos. Riscos biológicos. Riscos físicos. Radiações não-ionizantes. Radiações ionizantes. Infrassom. Ultrassom. Pressões normais. Temperaturas extremas. Ruído. Vibração. Iluminação.
3. Técnicas de uso de equipamentos de medição.
4. Tecnologia e prevenção no combate a sinistros. Propriedades físico-químicas do fogo. O incêndio e suas causas. Classes de incêndio. Métodos de extinção. Agentes e aparelhos extintores. Extintores de incêndio. Sistemas de prevenção e combate a incêndios. Brigadas de incêndio. Planos de emergência e auxílio mútuo.
5. Acidentes de trabalho. Conceito técnico e legal. Causas de acidentes do trabalho. Análise de acidentes. Custos dos acidentes. Cadastro de acidentes. Comunicação e registro de acidentes. Definições de atos e condições ambientes de insegurança. Investigação das causas de acidentes. Estatísticas de acidentes.
6. Equipamento de Proteção Individual (EPI). Equipamento de Proteção Coletiva (EPC). Inspeção de segurança.

7. Medicina do Trabalho na empresa. Fisiologia humana. Toxicologia. Doenças profissionais. Agentes causadores de doenças – físicos, biológicos e químicos. Primeiros socorros. PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional). BS-8800 (norma inglesa de gerenciamento de segurança ocupacional). OHSAS18.001 (norma mundial que certifica empresas que investem em saúde do trabalhador).
8. PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário).
9. Ergonomia. Princípios da ergonomia. A aplicabilidade da ergonomia. Influência na ergonomia da iluminação, cores, clima etc. Espaços de trabalho. Sistemas de controle. Atividades musculares. Ergonomia e prevenção de acidentes.
10. Transporte, armazenamento, movimentação e manuseio de materiais.
11. Prevenção e controle de perdas. Conceitos gerais. Programa de prevenção e controle de perdas em empresas.
12. Estudo de riscos. Mapeamento de riscos. PPRA. Planos e brigadas de emergência. Análise de riscos. Técnicas de análise. Controle de acidentes com danos à propriedade. Elementos básicos para um programa de segurança. Inspeção de segurança. Sistema de registro de acidentes. Investigação de acidentes. Controle de identificação das causas de acidentes.
13. Responsabilidade civil e criminal. Perícias trabalhistas.
14. Projetos de instalação de segurança. Sinalização de Segurança.
15. Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho.
16. **Estatuto da Cidade.** Lei Federal nº10.257/01.
17. **Plano Diretor.** Lei nº 14771/15.

## ENGENHEIRO FLORESTAL

1. Arborização Urbana. Técnicas e métodos para avaliação de árvores de risco na arborização urbana.
2. Avaliação de Botânica e Dendrologia.
3. Climatologia e Meteorologia Florestal.
4. Dendrometria e Inventário Florestal.
5. Ecologia Florestal.
6. Elaboração e análise de laudos, relatórios e pareceres ambientais.
7. Entomologia e Fitopatologia Florestal.
8. Educação Ambiental.
9. Fisiologia vegetal.
10. Fotogrametria e Fotointerpretação.
11. Manejo de Áreas Silvestres. Manejo de Bacias Hidrográficas. Manejo Integrado de Pragas.
12. Melhoramento Genético.
13. Paisagismo.
14. Planejamento de Experimentos. Poda e Desbaste. Produção de mudas florestais. Produção de mudas para Arborização Urbana.
15. Recuperação de Áreas Degradadas.
16. Sementes e Viveiros Florestais (seleção de matrizes para coleta de sementes, técnicas e métodos para coleta de sementes).
17. Beneficiamento, técnicas de germinação, armazenamento de sementes, projetos de viveiros, recipientes, substratos, irrigação, nutrição, controle de qualidade, mudas seminais e clonais).
18. Silvicultura. Silvicultura Urbana (técnicas de plantio, coveamento, nutrição, técnicas de poda, remoção de árvores e destoca).
19. Topografia e Sensoriamento Remoto.
20. Unidades de Conservação.
21. Desenvolvimento e análise de projetos.
22. Solos e nutrição florestal.
23. **Legislação ambiental:**

- 23.1 **Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- 23.2 **Lei Municipal nº 7.230, de 30 de agosto de 1988.** Torna obrigatório o plantio de árvores, arbustos e vegetações rasteiras, nas faixas não edificáveis de fundos de vale.
- 23.3 **Lei Municipal nº 7.833, de 19 de dezembro de 1991.** Dispõe sobre a política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente e dá outras providências.
- 23.4 **Lei Municipal nº 9.804, de 03 de janeiro de 2000.** Cria o sistema de Unidades de Conservação do Município de Curitiba e estabelece vários critérios e procedimentos para implantação de novas Unidades de Conservação.
- 23.5 **Lei Municipal nº 9.805, de 03 de janeiro de 2000.** Cria o Setor Especial do Anel de Conservação Sanitário Ambiental e dá outras providências.
- 23.6 **Lei Municipal nº 9.806, de 03 de janeiro de 2000.** Institui o Código Florestal do Município de Curitiba, e dá outras providências.
- 23.7 **Lei Municipal nº 14.587, de 19 de janeiro de 2015.** Reestrutura o Programa das Reservas Particulares do Patrimônio Natural Municipal – RPPNM no Município de Curitiba.
- 23.8 **Lei Municipal nº 14.771, de 17 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre a revisão do plano diretor de Curitiba de acordo com o disposto no art. 40, § 3º, do estatuto da cidade, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município.
- 23.9 **Decreto Municipal nº 26, de 19 de janeiro de 2015.** Regulamenta parcialmente o artigo 5.º, inciso IX, da Lei Municipal n.º 9.800, de 3 de janeiro de 2000, no que diz respeito à Área de Proteção Ambiental do Iguaçu, Parques Natural Municipal do Iguaçu, do Centenário da Imigração Japonesa e o Linear do Cajuru e dá outras providências.
- 23.11 **Decreto Municipal nº 246, de 21 de maio de 2014.** Regulamenta o artigo 15, §1º, inciso XVII, da Lei Municipal nº 9.800, de 3 de janeiro de 2000, estabelece condições especiais de aproveitamento para os terrenos integrantes do Setor Especial de Áreas Verdes e dá outras providências.
- 23.12 **Decreto Municipal nº 250, de 30 de abril de 2004.** Altera e atualiza o Zoneamento Ecológico Econômico da Área de Proteção Ambiental do Passaúna conforme Decreto Estadual nº 5.063/01, regulamenta parcialmente o inciso IX, do Art. 5º, da Lei nº 9.800/00 e dá outras providências.
- 23.13 **Decreto Municipal nº 471, de 27 de outubro de 1988.** Dispõe sobre os Parques Municipais e dá outras providências.
- 23.14 **Decreto Municipal nº 473, de 05 de junho de 2008.** Define as espécies florestais consideradas como exóticas invasoras para o Município de Curitiba e dá outras providências.
- 23.15 **Decreto Municipal nº 838, de 18 de agosto de 1997.** Institui o Relatório Ambiental Prévio no Município de Curitiba.
- 23.16 **Decreto Municipal nº 1.181, de 22 de setembro de 2009.** Declara imunes de corte as árvores que especifica e dá outras providências.
- 23.17 **Decreto Municipal nº 986, de 02 de junho de 2017.** Dispõe sobre a suspensão da supressão e do corte de araucárias no Município de Curitiba.

#### 24. Licenciamento ambiental

- 24.1 **Lei Municipal nº 7.833, de 19 de dezembro de 1991.** Dispõe sobre a política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente e dá outras providências.
- 24.2 **Decreto nº 1.819/211.** Regulamenta os artigos 7º. e 9º. da Lei Municipal nº 7.833, de 19 de dezembro de 1991, trata do Sistema de Licenciamento Ambiental no Município de Curitiba e dá outras providências.
- 24.3 **Decreto nº 1051/2018.** Dispõe sobre a aprovação de Projetos de Regularização de Lote em Planta de Loteamento, Cadastramento, Unificação e/ou Subdivisão de lotes ou glebas no Município de Curitiba, e dá outras providências.

- 24.4 **Decreto nº 1048/2018.** Regulamenta os artigos 25, 26, 27 e inciso III do artigo 44 da Lei Municipal nº 14.771, de 17 de dezembro de 2015, dispõe sobre a destinação de áreas públicas em projetos de cadastramento, unificação ou subdivisão, e dá outras providências.

## ENGENHEIRO QUÍMICO

1. Indicadores de qualidade da água (superficial e subterrânea).
2. Monitoramento da qualidade de água (superficial e subterrânea).
3. Amostragem de água (superficial e subterrânea).
4. Poluentes atmosféricos (fontes fixas e móveis).
5. Indicadores da qualidade do ar.
6. Monitoramento da qualidade do ar.
7. Processos industriais e a geração de emissões atmosféricas, efluentes líquidos e resíduos sólidos.
8. Técnicas e processos de controle da emissão de poluentes atmosféricos.
9. Amostragem de emissões atmosféricas.
10. Caracterização de efluentes industriais.
11. Tratamento de águas residuárias.
12. Amostragem de efluentes.
13. Reuso da água.
14. Classificação e amostragem de resíduos sólidos.
15. Gerenciamento, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais, resíduos de serviço de saúde e resíduos da construção civil.
16. Passivos ambientais – diagnóstico, avaliação e técnicas de remediação.
17. Armazenamento e transporte de produtos e resíduos perigosos.
18. Análise de risco como instrumento de gestão ambiental.
19. Sistema de gestão ambiental.
20. Auditoria ambiental.
21. Avaliação de impactos ambientais.
22. Estudos ambientais (EIA/RIMA, RAP, EIV, PCA e PBA, entre outros).
23. Sistema de licenciamento ambiental.
24. Legislações aplicáveis para o licenciamento de postos de combustível no município de Curitiba (Lei nº 8.681, de 11 de julho de 1995; Decreto nº 971, de 13 de novembro de 1995; Resolução SEMA nº 032/2016).
25. Indicadores de qualidade do solo (Decreto 1190/2004; Resolução CONAMA420/2009)
26. Tratamento de Efluentes Industriais.
27. Princípios de funcionamento de Equipamentos de Controle Ambiental;
28. Ruídos Urbanos (Lei Municipal 10625/2002).
29. **Lei nº 7.591, de 12 de dezembro de 1.990.** Proíbe o transporte, o armazenamento, distribuição e a comercialização de combustível que contenha metanol no Município de Curitiba e dá outras providências.
30. **Lei nº 7636, de 29 de abril de 1.991:** Dispõe sobre a regulamentação do tráfego de veículos de transporte de cargas perigosas no Município de Curitiba.
31. **Lei nº 7.833, de 19 de dezembro de 1991:** Dispõe sobre a política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente e dá outras providências.
32. **Lei nº 7972, de 24 de junho de 1.992:** Dispõe sobre o Transporte de Resíduos e dá outras providências.
33. **Lei nº 8.681, de 11 de julho de 1995:** Dispõe sobre a instalação de Postos de Abastecimento de Combustível e Serviços e cria obrigatoriedade em executar medidas preventivas de proteção ao meio ambiente, especialmente no sistema de armazenamento de combustíveis.
34. **Lei nº 9.380, de 30 de setembro de 1998:** Dispõe sobre a normatização para o transporte de resíduos no Município de Curitiba.

35. **Lei nº 10.625, de 19 de dezembro de 2002:** Dispõe sobre ruídos urbanos, proteção do bem estar e do sossego público e dá outras providências.
36. **Lei nº 10.785, de 18 de setembro de 2003:** Cria no Município de Curitiba o Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações – PURAE.
37. **Lei nº 11.095, de 08 de julho de 2004:** Dispositivos Pertinentes, dispõe sobre as normas que regulam a aprovação de projetos, o licenciamento de obras e atividades, a execução, manutenção e conservação de obras no Município, e dá outras providências.
38. **Lei nº 14172/2012, de 07 de dezembro de 2012:** Dispõe sobre a proibição do uso, no município de Curitiba, de materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto na sua composição.
39. **Lei nº 6.866, de 09 de julho de 1.986:** Dispõe sobre a coleta, transporte e destino de resíduos sólidos hospitalares (lixo hospitalar) e dá outras providências.
40. **Lei nº 13509/2010, de 08 de junho de 2010:** Dispõe sobre o tratamento e destinação diferenciada de resíduos especiais que especifica e dá outras providências.
41. **Decreto nº 1.190, de 14 de dezembro de 2004:** Ficam definidos no Município de Curitiba, os parâmetros de referência para qualidade de solo e água subterrânea.
42. **Decreto nº 971, de 13 de novembro de 1995:** Regulamenta a Lei nº 8.681/1995 quanto às condições das edificações e da proteção ambiental dos Postos de Abastecimento e Serviços.
43. **Decreto nº 983, de 26 de outubro de 2004:** Dispõe sobre a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de resíduos sólidos no Município de Curitiba.
44. **Decreto nº 989, de 28 de outubro de 2004:** Disciplina a atividade de transporte e descarga de concreto e argamassa em obras de construção civil no Município de Curitiba.
45. **Decreto nº 1.080, de 05 de Julho de 2011:** Aprova o regulamento sobre licenciamento ambiental de cemitérios e estabelece requisitos e condições técnicas, no tange à proteção e conservação do ambiente, em particular do solo e das águas subterrâneas.
46. **Decreto nº 1.120, de 24 de novembro de 1997:** Regulamenta o Transporte e Disposição de Resíduos de Construção Civil e dá outras providências.
47. **Decreto nº 362, de 11 de abril 2018:** Estabelece diretrizes e procedimentos para definição de condicionantes aplicáveis aos licenciamentos ambientais, regulamenta neste aspecto os artigos 7º, 8º e 9º da Lei Municipal nº 7833, de 19 de dezembro de 1991, e dá outras providências.
48. **Resolução SEMA 016/2014:** Emissões Atmosféricas
49. **Resolução CEMA 070/2009:** Dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece condições e critérios e dá outras providências, para Empreendimentos Industriais
50. **Resolução SEMA nº 032/2016:** Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental, estabelece condições e critérios para Posto Revendedor, Posto de Abastecimento, Instalação de Sistema Retalhista de Combustível – TRR, Posto Flutuante e dá outras providências.
51. **Lei nº No. 6.938/1981:** POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.
52. **Lei nº 12.305/2010:** institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
53. **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001 de 1986.**
54. **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237 de 1997.**
55. **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357 de 2005.**
56. **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 430 de 2011.**